

#COERÊNCIA
O EIXO DO DESENVOLVIMENTO

DESENVOLVIMENTO E SEGURANÇA

QUADRO DE AÇÃO PARA POLÍTICAS COERENTES



1. ENQUADRAMENTO

A ligação entre **segurança e desenvolvimento** é hoje mais relevante do que nunca. Num mundo em que a conflitualidade e a violência estão a aumentar e, conseqüentemente, os impactos humanos, económicos e sociais, torna-se ainda mais relevante promover a coerência com os direitos humanos e com os objetivos globais do desenvolvimento sustentável.

A **paz** é a principal e absolutamente necessária condição para um processo de desenvolvimento que permita a prosperidade económica, a justiça social e a preservação ambiental. Atualmente, muitos conflitos arrastam-se em crises prolongadas e persistentes, formando emergências complexas. Em muitos casos, estas são “crises esquecidas”, ou seja, não são tão geopoliticamente relevantes, não afetam interesses económicos dominantes e/ou não têm grande potencial de alastramento, pelo que também não têm visibilidade mediática ou a necessária atenção da comunidade internacional. Muitos dos países afetados por conflitos estão também em situação de fragilidade e apresentam fracos indicadores de desenvolvimento, com a exposição a vários riscos (económico, ambiental, político, social e de segurança) a combinar-se com uma fraca capacidade de resposta do Estado para gerir, absorver ou mitigar esses riscos, gerando um círculo vicioso de perpetuação da fragilidade.

Porém, mesmo nos conflitos com maior atenção mundial, o direito internacional (incluindo o humanitário) é violado e a necessidade de proteger a segurança humana esquecida, como atestam as recentes guerras. A conflitualidade assume hoje contornos renovados, com agravamento das divisões e tensões geopolíticas, a fragmentação do poder e das alianças, o enfraquecimento da ordem internacional assente em regras, a internacionalização dos conflitos (com múltiplos intervenientes locais, nacionais, regionais, globais), e uma maior militarização em resposta à degradação do ambiente de segurança, o que cria grande incerteza para o futuro e em nada favorece a aspiração à paz, partilhada pelos povos de todo o mundo. Apesar de as perspetivas não serem animadoras neste âmbito, só a reforma da governação global e o reforço do multilateralismo, da cooperação e solidariedade internacionais poderão responder à atual complexidade das ameaças de segurança.

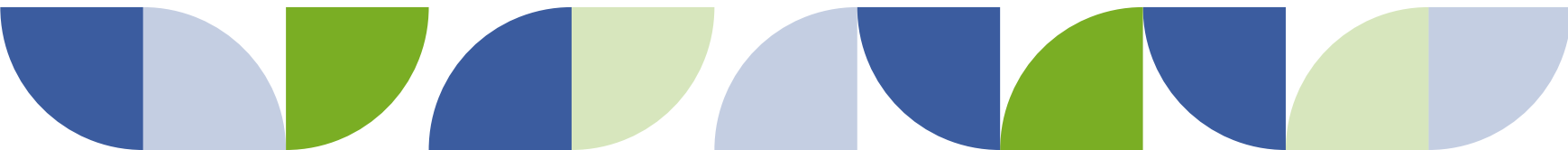
A paz é um processo dinâmico que não implica apenas a ausência de guerra e envolve uma multiplicidade de elementos como: a restauração das relações sociais, promovendo caminhos para a justiça, a coesão social e a reconciliação; o reforço de sistemas económicos, sociais e institucionais que respondam às necessidades das pessoas; e a transformação dos conflitos numa base construtiva, de forma a que sejam geridos e resolvidos de forma não-violenta. Consiste, portanto, num processo de eliminação ou reformulação progressiva das práticas e formas de atuação, dinâmicas políticas, institucionais e outros fatores que criam ou perpetuam a violência numa sociedade. Só assim poderá ser uma paz sustentada e positiva, que contribua simultaneamente para a segurança e para o desenvolvimento.

Por seu lado, o desenvolvimento só contribui para a paz se for justo, inclusivo e equitativo. Isso significa a implementação de políticas coerentes e focadas na redução da pobreza e das desigualdades (incluindo mecanismos efetivos de redistribuição da riqueza, de apoio aos mais vulneráveis, de promoção da igualdade e equidade), na melhoria das condições de vida (incluindo o desenvolvimento humano e o acesso a serviços básicos de qualidade), no acesso à justiça e na promoção de instituições fortes, transparentes e eficazes. O desenvolvimento de capacidades institucionais, sociais e políticas para gestão inclusiva das tensões e conflitos que naturalmente emergem nas sociedades também é fundamental para não agravar fatores de instabilidade – sabendo-se que a prevenção dos conflitos é muito mais eficaz do que a gestão de crises depois de estas deflagrarem.

A promoção da segurança e do desenvolvimento, enquanto processos interligados e mutuamente reforçados, exige uma base de respeito inegociável pela dignidade humana e pelas liberdades fundamentais, as quais estão crescentemente ameaçadas. Num mundo onde existem maiores desafios aos direitos humanos e à democracia - incluindo o enfraquecimento do Estado de direito, a desinformação e o crescimento dos extremismos populistas, a restrição do espaço de atuação da sociedade civil, o aumento do discurso de ódio e da repressão e violência contra grupos sociais específicos, entre outros - é necessária uma maior agregação de esforços em prol do Bem Comum. A mobilização em torno de uma cidadania consciente (nomeadamente por parte dos jovens) e o crescimento dos movimentos sociais em defesa da liberdade e dos direitos humanos são uma esperança para a construção de um mundo mais próspero e seguro para todos.

“As soluções estão nas nossas mãos. Cultivar uma cultura de paz significa substituir a divisão, a fragilização e o desespero por justiça, igualdade e esperança para todos. Significa centrarmo-nos na prevenção de conflitos; impulsionar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; promover os direitos humanos; e enfrentar todas as formas de discriminação e ódio.”

António Guterres, Secretário-Geral das Nações Unidas, Dia Internacional da Paz 2024.



**“A paz não é somente um objetivo distante que procuramos, mas também um meio pelo qual chegamos a esse objetivo (...)
A verdadeira paz não é a mera ausência de tensão;
é a presença de justiça.”**

Martin Luther King Jr.

A prossecução de um desenvolvimento global mais justo, sustentável e inclusivo implica que as várias políticas setoriais – como é o caso das políticas migratórias, de segurança, comerciais, agrícolas e alimentares, entre outras – não prejudiquem os objetivos e esforços de erradicação da pobreza nos países mais vulneráveis, mas antes que contribuam ativamente para a promoção do desenvolvimento a nível global, europeu, nacional e local.

Este é o princípio da Coerência das Políticas para o Desenvolvimento (CPD), que é uma obrigação legal da União Europeia e dos seus Estados-Membros no âmbito dos tratados europeus, bem como um compromisso político e uma responsabilidade partilhada.

Vídeo
Voices para a Paz:
Visões do Futuro
(Nações Unidas)



Vídeo
O que é a Segurança
Humana?



Aprendizagens:
Toolkit e curso de formação
sobre Juventude,
Paz e Segurança



Ações pela Paz



2. DAS PERCEÇÕES AOS FACTOS

Temos a percepção clara do aumento da conflitualidade mundial, mas será que temos consciência dos impactos concretos e custos humanos, económicos e sociais? A crise de segurança ocorre em simultâneo com uma crise de direitos humanos e ameaças às liberdades fundamentais, interligada também com fatores de enfraquecimento dos sistemas democráticos. A visibilidade destas crises e dos seus impactos varia muito, revelando grandes desigualdades mundiais. Promover a paz e o desenvolvimento implica compreender a complexidade destas interligações e sustentá-las em factos, que alimentem uma tomada de decisão informada, consciente e coerente.

Aumento da conflitualidade e dos seus impactos a todos os níveis

As condições de paz e segurança têm-se deteriorado, de forma contínua, nos últimos quinze anos, com grandes impactos humanos, sociais, económicos:

- **O mundo enfrenta atualmente o maior número de conflitos desde a Segunda Guerra Mundial** e cerca de 2 mil milhões de pessoas, ou seja, 1/4 da humanidade, vive em países afetados por conflitos. Mais de 90 países estão envolvidos em conflitos fora das suas fronteiras, o número mais elevado de sempre.
- Em 2023, **o número de mortos ultrapassou 162.000** (depois de 121 mil, em 2021, e 238 mil, em 2022), com os conflitos na Palestina e na Ucrânia a registarem o maior número de vítimas, seguidos de Myanmar, Sudão, Somália e Burkina Faso. Entre 80% e 90% das vítimas das guerras são civis.
- **120 milhões de pessoas estão deslocadas** (dentro ou fora do seu país) devido a conflitos, perseguições e violações dos direitos humanos (maio de 2024). Cerca de 300 milhões de pessoas em 72 países precisam de ajuda humanitária urgente e de proteção, na sua maioria em consequência da guerra.
- O **impacto económico da violência** atingiu \$19,1 mil milhões USD em 2023 (13,5% do PIB mundial), ou seja, \$2.380 USD por pessoa - o valor mais elevado de sempre. Nos dez países mais afetados pela violência, este custo económico representa, em média, 37,4% do PIB, em comparação com 2,9% nos dez países menos afetados. Um exemplo do impacto económico da guerra: o PIB da Síria caiu 85% em apenas uma década (2010-2020).
- Apesar da tendência de redução da **pobreza extrema**, esta tem aumentado nos países afetados por conflitos. Atualmente, 73% das pessoas em situação de pobreza extrema vivem em países em situação de fragilidade e conflito.
- As **tensões geopolíticas e a insegurança global** acentuam a militarização: as despesas militares no mundo mais do que duplicaram desde o ano 2000, atingindo um novo máximo de \$2443 mil milhões USD em 2023. Os dois que apresentam maiores despesas neste campo – Estados Unidos e China – representam quase metade do total, enquanto a Europa aumentou as suas despesas militares em 62% numa década – atingindo \$298 mil milhões em 2023. Os Estados Unidos têm reforçado a sua posição como principal exportador de armamento.
- Verifica-se um **fraco progresso para atingir as metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16**, sobre Paz, Segurança e Instituições Eficazes.

Violações dos Direitos Humanos e das liberdades fundamentais

Os direitos humanos estão sob ataque no mundo, sendo a situação particularmente grave em contextos de guerra. A isto junta-se o enfraquecimento da democracia, agravado pelos conflitos e polarização crescentes, e interligado com restrições das liberdades fundamentais:

- As **violações mais graves dos direitos humanos** ocorrem em contextos de conflito, como a Síria, o Sudão, a Etiópia, a Ucrânia ou a Palestina, incluindo a perpetração de crimes de guerra e a violação do direito humanitário internacional.
- As mulheres e as crianças sofrem impactos desproporcionais da violência e dos conflitos. As mulheres e raparigas representam 72% das vítimas de tráfico humano reportadas globalmente. Em situações de guerra, a **violência sexual contra as mulheres** é frequente e utilizada como arma. Em média, os países em crise ou conflito têm uma taxa de mortalidade materna 4x superior. Em 2023, a proporção de mulheres mortas em situação de conflito duplicou e a de crianças triplicou. A **violência sobre as crianças** nestas zonas atingiu níveis sem precedentes.
- **A democracia está ameaçada e a tendência global é de “autocratização”** - em 2019, pela primeira vez desde 2001, os regimes autocráticos tornaram-se a maioria no mundo. Só 8% da população mundial vive num regime democrático pleno e quase 40% vive em regimes autocráticos.
- Existe uma **diminuição evidente do espaço cívico**, incluindo na Europa, com a sociedade civil a enfrentar crescentes dificuldades na sua atuação.
- A maior parte das pessoas continua a viver em países nos quais é muito difícil, ou quase impossível, exercer os direitos e liberdades fundamentais sem **sofrer consequências**. Milhares de pessoas estão presas por expressarem a sua opinião. A tortura e as detenções com motivações políticas, frequentemente sem direito a julgamento, tornaram-se comuns e toleradas. A repressão transnacional tornou-se uma estratégia de silenciamento por parte de regimes autoritários que ameaçam e perseguem dissidentes.
- Os jornalistas e media independentes enfrentam maior intimidação e repressão, e mais de 50% da população mundial vive em zonas com **fraca liberdade de imprensa**. Só entre outubro de 2023 e abril de 2024, mais de 100 jornalistas morreram na Palestina. Verifica-se também um aumento da criminalização e ataques a trabalhadores humanitários, ativistas pelo ambiente e defensores dos direitos humanos, tendo mais de 300 pessoas sido assassinadas, todos os anos, desde 2015.

Consulte as ferramentas de monitorização contínua:

Do risco de conflito



Das vítimas de
violência e conflitos



Da evolução da
pobreza extrema



Das necessidades
humanitárias
(Nações Unidas)



3. INTERLIGAÇÕES COERENTES

O desenvolvimento é simplesmente impossível sem paz e segurança humana, pelo que a violência, a criminalidade, a insegurança e os conflitos armados são também desafios de direitos humanos, de justiça social e de desenvolvimento. As ameaças à paz e segurança mundiais incluem hoje um leque alargado de questões como a pobreza, a saúde pública (como a pandemia demonstrou) ou a degradação ambiental, as quais estão interligadas ao nível global e afetam, cada vez mais, todos os países em todas as latitudes. Por sua vez, a marginalização económica, a discriminação e a exclusão, bem como as desigualdades, a falta de acesso à justiça e a ineficácia das instituições enfraquecem, de várias formas, a paz, os sistemas democráticos e os próprios processos de desenvolvimento.

As interligações são complexas e múltiplas, mas tal como se geram círculos viciosos negativos, também é possível identificar (e impulsionar) sinergias positivas entre vários aspetos da paz e do desenvolvimento.

Direitos Humanos



Os conflitos violentos afetam todos os direitos humanos, desde logo o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal, mas também à educação, à saúde, à habitação, à justiça, ou ao trabalho. O direito dos povos à Paz e o direito ao Desenvolvimento são reconhecidos desde 1984 e 1986, respetivamente, pela Assembleia Geral das Nações Unidas. As pessoas pagam um preço inaceitável pela continuação e surgimento de novos conflitos, assistindo-se a crimes de guerra e violações da lei internacional, como ataques a hospitais, escolas e infraestruturas civis básicas, incluindo um sentimento de impunidade generalizado. O impacto desproporcional da conflitualidade, da violência e da insegurança nos grupos sociais mais vulneráveis interliga-se com outros fatores estruturais de discriminação e desigualdade, implicando que estes estejam especialmente sujeitos a violação dos seus direitos e mais desprotegidos na prática, apesar dos instrumentos do direito internacional.

Anualmente, pelo menos mil milhões de crianças, ou seja, cerca de metade das crianças em todo o mundo, são afetadas por vários tipos de violência, mas a violência causada pela guerra tem aumentado de forma alarmante. Em situações de crise e conflito, existe maior mortalidade infantil, maior dificuldade no acesso à educação, maior vulnerabilidade à criminalidade organizada ou à exploração económica. Também a mortalidade materna é mais elevada. Em contextos humanitários, em situações de conflito e de fragilidade, as mulheres e raparigas estão muito mais expostas à violência sexual e de género, para além do acesso à saúde ou à justiça ser particularmente difícil. Nas últimas décadas, o uso da violência contra meninas e mulheres em situação de conflito, incluindo a violência sexual como arma de guerra, tem-se tornado mais visível, sendo um crime de guerra e um crime contra a Humanidade. As pessoas migrantes e refugiadas também estão especialmente expostas a riscos, incluindo violência, exploração, tráfico e abuso sexual. O tráfico de seres humanos incide em pessoas em situação de maior vulnerabilidade, como é o caso das que fogem de conflitos e da pobreza extrema.

Deslocamentos forçados e crises humanitárias



Os conflitos violentos ameaçam a dignidade humana, contribuindo para o aumento do número, da intensidade, da persistência e duração das crises humanitárias. Para além da perda de vidas, entre os impactos humanos mais imediatos da guerra e da insegurança, está o deslocamento forçado de grandes massas populacionais. A maioria destas pessoas está deslocada dentro do seu próprio país. No entanto, para os mais de 36 milhões de pessoas que são refugiadas noutros países, provenientes de situações de conflito, a maioria é acolhida nos países vizinhos desses cenários de conflito, como é o caso da Turquia (principalmente provenientes da Síria), do Irão e do Paquistão (provenientes do Afeganistão) e do Sudão (provenientes do Sudão do Sul). Cerca de 75% das pessoas refugiadas estão em países de rendimento baixo e médio, colocando pressão acrescida no acesso a direitos básicos, em países já com estruturas frágeis, e podendo também gerar maiores tensões sociais.

Segurança alimentar e nutricional



As guerras desempenham um papel crucial nas crises alimentares em curso. Ao contribuir para a disrupção no comércio e nas cadeias de abastecimento, e para um aumento generalizado dos preços dos alimentos, a guerra na Ucrânia tem sido particularmente nociva para vários países que dependiam dessas importações, vários dos quais já se encontravam em situação de insegurança alimentar anteriormente. A fome e a privação de comida são igualmente, há muitos anos, uma arma de guerra, tal como reconhecido pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. As crises prolongadas e persistentes causadas pela instabilidade e conflito em muitos países impedem a estabilidade nos sistemas produtivos (nomeadamente as atividades agrícolas) e a estruturação dos meios de subsistência das populações, combinando-se com outras crises (económica, climática) e tornando as crises alimentares mais complexas, demoradas e difíceis de reverter. A escalada da violência afeta, igualmente, a prestação de ajuda alimentar ou a prossecução de projetos de desenvolvimento essenciais nesta área. Por seu lado, a persistência da insegurança alimentar contribui igualmente para tensões sociais e conflitos, como tem sido verificado de forma mais aguda em países da zona do Sahel. Cerca de 70% das pessoas que enfrentam situações agudas de fome vivem em países frágeis e afetados por conflitos.

Pobreza, economia e emprego



A marginalização económica, a discriminação e a exclusão de grupos sociais - política, económica e social -, bem como o crescimento das desigualdades de rendimentos, dentro e entre países, contribuem para um **agravamento da conflitualidade e da violência**. Uma distribuição desequilibrada das despesas públicas ou inexistência de políticas adequadas de redistribuição dos rendimentos; leis discriminatórias (p. ex. a discriminação nos direitos de propriedade e no acesso à água); altas taxas de desemprego ou fracas perspetivas de melhoria da situação económica; bem como a exclusão dos mais pobres dos recursos, oportunidades e informação necessários para melhorar a sua situação de pobreza são alguns dos fatores de risco, que tendem a prejudicar a coesão social e a favorecer atividades criminais e a instabilidade em geral. O desemprego e a falta de oportunidades educacionais e profissionais têm também um papel evidente na penetração de ideias extremistas, nomeadamente junto da população jovem, para engrossarem as fileiras de movimentos ou grupos radicalizados. Pelo contrário, quando as necessidades básicas das pessoas são atendidas, há menos incentivo para conflitos sociais, protestos violentos ou instabilidade política. Ao destruir o tecido social e económico, os conflitos violentos afetam as possibilidades de combate à pobreza e às desigualdades, pelo que os países afetados por conflitos apresentam geralmente indicadores sociais e económicos mais negativos.

Alterações Climáticas e Recursos Naturais



Crescentemente, as alterações climáticas são um fator crucial no desenvolvimento e na segurança humana, uma vez que os eventos meteorológicos extremos, a degradação dos ecossistemas, e a poluição de recursos essenciais à vida humana refletem-se em todos os aspetos das economias e das sociedades, contribuindo para multiplicar as ameaças, cortar meios de subsistência, impulsionar o deslocamento de populações e agravar tensões sociais (veja-se o exemplo dos países na faixa do Sahel). Os países atualmente afetados por conflitos estão também entre os menos resilientes e mais suscetíveis a desastres climáticos, cujas consequências agravam a fragilidade e instabilidade, sendo também dos que menos recebem financiamento climático.

Uma gestão danosa dos recursos naturais, especialmente quando coincide com outras desigualdades estruturais a nível socioeconómico, cultural ou étnico, pode ser um catalisador de conflitos. A competição por recursos como a água, a terra ou os minerais favorece tensões sociais e disputas políticas, podendo impulsionar conflitos locais e internacionais sobre o uso e controlo desses recursos. Por outro lado, uma governança e gestão sustentável dos recursos naturais, com uma regulamentação efetiva e equilibrada, assente no empoderamento das comunidades e na distribuição equitativa dos ganhos, pode contribuir para reforçar a paz, a estabilidade e o desenvolvimento sustentável.

Governança e instituições



As questões ligadas à má governança e à ineficácia das instituições têm impacto no desenvolvimento das sociedades e economias, desde logo por minarem a confiança dos cidadãos e representarem uma quebra do contrato social. Quando os cidadãos se sentem desprotegidos nos seus direitos e necessidades (incluindo p. ex. o acesso à justiça), quando existe uma cultura de impunidade ou de favorecimento de certos grupos sociais, com altos níveis de corrupção, e/ou quando o funcionamento das instituições está sujeito a arbitrariedades e abusos de poder sistemáticos, verifica-se um processo de degradação e enfraquecimento do Estado, com reflexos negativos na segurança e no desenvolvimento. Os países com menores capacidades de fazer cumprir a lei, de gerir eficazmente os serviços públicos, e de assegurar mecanismos transparentes e inclusivos de governança estão mais vulneráveis a conflitos violentos.

Em sentido contrário, verifica-se uma clara ligação entre as sociedades mais inclusivas e participativas - com instituições responsáveis, mais transparentes e democráticas - e a capacidade de resiliência na adaptação e recuperação de choques, no desenvolvimento sustentável e na prevenção de conflitos. Quando o desenvolvimento é inclusivo, promove a justiça e coesão sociais, diminuindo as tensões étnicas, religiosas e políticas e criando um sentido de pertença a um espaço comum de vivência e partilha, que é essencial para a manutenção da paz.

Democracia e liberdades fundamentais



A erosão de mecanismos democráticos e o alastramento de práticas antidemocráticas no mundo não é apenas um contratempo para as liberdades fundamentais, pois coloca também riscos enormes para o desenvolvimento e para a segurança das pessoas. Países com maior garantia de respeito pelas liberdades fundamentais tendem a ser países mais seguros e prósperos, mais abertos a novas ideias e oportunidades, enquanto países mais autoritários e repressivos geram mais instabilidade e conflitos, fenómenos de violência e corrupção e maior espaço para a radicalização e movimentos extremistas. Nos sistemas democráticos, o crescimento da desinformação, dos partidos e movimentos populistas, de narrativas xenófobas e do discurso de ódio está a minar os alicerces da democracia e da paz, traduzindo-se, por exemplo, numa normalização e aumento da violência contra grupos sociais específicos (p. ex. migrantes), exacerbando a polarização e ameaçando a coesão social, o que em nada contribui para a paz e para o desenvolvimento.

Multilateralismo e cooperação internacional



O sistema das Nações Unidas tem uma intervenção importante na prevenção, manutenção e construção da paz, bem como na coordenação da assistência humanitária mundial e na promoção do desenvolvimento em todas as suas dimensões. No entanto, fatores como a complexificação das ameaças de segurança e dos conflitos, a fragmentação dos intervenientes, bem como a polarização e divisões geopolíticas crescentes, combinados com uma desadequação dos instrumentos internacionais de governação, têm contribuído para uma menor relevância do multilateralismo na resposta aos maiores desafios existentes. Por outro lado, o investimento na prevenção de conflitos pode estar ainda mais ameaçado, pelo reforço (ainda maior) da atenção internacional nas respostas a emergências ou situações urgentes que não podem ser adiadas, quando a prevenção se afigura mais importante do que nunca. Uma maior cooperação e uma abordagem multilateral mais coerente, coesa e influente aos conflitos armados existentes, depende, principalmente, da vontade das partes envolvidas (particularmente das principais potências), mas também da reformulação da governação, instituições, normas e instrumentos, para que reflitam a realidade mundial e possam impulsionar maior diálogo e concertação.

Vídeo

Porque é a Paz essencial para o desenvolvimento económico?



**Campanha global:
Educação para a Paz**



Vídeo

**O que é o triplo nexos
(humanitário-desenvolvimento-paz)**



4. PRINCIPAIS QUADROS DE POLÍTICA EXISTENTES

Global

Carta das Nações Unidas (1945) – art.º 1. Salvar as futuras gerações do flagelo da guerra foi a principal motivação para a criação da ONU e o primeiro objetivo da organização é manter a paz e a segurança internacionais.

Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) – art.º 3, 4, 5, 9.

Convencões de Genebra (1949) **e protocolos adicionais** – são tratados internacionais que contêm as normas mais importantes sobre os conflitos armados e a proteção das vítimas da guerra; são a base do direito internacional humanitário.

Armas Nucleares: O Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (1970) está em vigor e compromete 191 países membros. Em 2021, entrou em vigor o Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares (TPAN), o primeiro acordo que proíbe as armas nucleares de forma abrangente, mas foi apenas assinado pela maioria dos países em desenvolvimento.

Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (1998, entrou em vigor em 2002).

Criminalidade - Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional (2003) . É uma resposta da comunidade internacional ao crescimento de grupos e operações de criminalidade organizada que ultrapassam as fronteiras nacionais.

Mulheres, Paz e Segurança – Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (2000). Foi a primeira de várias resoluções sobre o tema, tendo-se seguido outras sobre questões específicas como a violência sexual em situações de conflito, ou a participação plena das mulheres nos processos de paz. Em Portugal vigora o III Plano Nacional de Ação para a implementação desta Resolução.

Juventude, Paz e Segurança - Resolução 2250 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (2015). Reconhece pela primeira vez, a nível global, o papel específico da juventude na promoção da paz e assume como objetivo aumentar a representação das pessoas jovens na tomada de decisões, nas instituições e mecanismos para a prevenção e resolução de conflitos.

Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

“Estamos determinados a promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz, e não há paz sem desenvolvimento sustentável (...) Devemos redobrar nossos esforços para resolver ou prevenir conflitos e para apoiar os países em situação de pós-conflito”.

ODS 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis. (Com interligações coerentes a todos os ODS)



O Pacto para o Futuro (aprovado em setembro de 2024) estabelece o compromisso para com a construção de **um mundo seguro, pacífico, justo, igualitário, inclusivo, sustentável e próspero**, com 56 ações prioritárias no âmbito do (1) Desenvolvimento Sustentável, (2) Paz e Segurança, (3) Ciência, Tecnologia e Inovação, (4) Juventude e Gerações Futuras, (5) Transformação da Governação Global.

União Europeia

Carta dos Direitos Fundamentais da UE - art.º 6 (Direito à liberdade e à segurança)

Tratado sobre o Funcionamento da UE - Parte V (ação externa da União), art.º 208 (cooperação para o desenvolvimento e coerência das políticas); art.º 214 (ajuda humanitária)

Consenso Europeu para o Desenvolvimento (2017) - Reforça a resposta aos contextos de fragilidade, com enfoque na resiliência, sustentabilidade, luta contra a pobreza e a situações de crise.

Estratégia para o combate ao tráfico de seres humanos (2021-2025)

Plano de Ação para os Direitos Humanos e Democracia 2020-2024 - Os direitos humanos e a democracia devem estar na vanguarda dos esforços desenvolvidos pela UE para prevenir e resolver as crises, e em todos os domínios da ação externa.

Agenda estratégica da UE 2024-2029

A UE pretende proteger e promover os seus valores fundadores, ser o mais forte apoiante da ordem jurídica internacional (no respeito pela Carta das Nações Unidas) e promover a paz, justiça e estabilidade mundiais, bem como a democracia, os direitos humanos e os ODS – apoiando um sistema multilateral reformado e tendo uma ação externa coerente e influente.

Política de Segurança

A **Bússola Estratégica para a Segurança e Defesa** (2022) define a visão de uma UE que protege os seus cidadãos, valores e interesses, e que contribui para a paz e segurança internacionais, até 2030. Assenta em 4 pilares:

AGIR de forma mais rápida e decisiva perante as crises	GARANTIR A SEGURANÇA dos cidadãos contra ameaças em rápida mudança	INVESTIR nas capacidades e tecnologias necessárias	PARCERIAS com outros para atingir objetivos comuns
---	---	---	---

Política de Desenvolvimento

De acordo com o art.21 do Tratado de Lisboa, a política de desenvolvimento da UE também contribui para apoiar a democracia, o Estado de direito, preservar a paz e prevenir conflitos, e promover um sistema internacional baseado numa cooperação multilateral reforçada e uma boa governação ao nível mundial.

O Consenso Europeu para o Desenvolvimento (2017) reforça a resposta aos contextos de fragilidade, com enfoque na resiliência, sustentabilidade, luta contra a pobreza e a situações de crise, em cooperação com os intervenientes locais e com enfoque na sua apropriação destes processos.

Coerência das Políticas para o Desenvolvimento (CPD)

Em 2009, a Segurança foi uma das 5 prioridades setoriais definidas pela UE para minimizar incoerências e fomentar sinergias em prol de um desenvolvimento mais sustentável e inclusivo.

Portugal

Constituição da República Portuguesa - art.º 7 (Relações Internacionais); art.º 8 (Direito Internacional): Título II (Direitos, Liberdades e Garantias)

Estratégia Nacional sobre Segurança e Desenvolvimento (RCM 73/2009). Assumia-se como um instrumento para uma intervenção internacional com base em políticas mais coerentes, integradas e coordenadas. Previa vários instrumentos de coordenação e de trabalho entre atores da segurança e do desenvolvimento, mas não foi operacionalizada.

Estratégia Operacional de Ação Humanitária e de Emergência (RCM 65/2015). Promove a coerência e a coordenação entre os organismos públicos intervenientes na ação humanitária, bem como a articulação com outros atores da cooperação, como as organizações da sociedade civil.

Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030 (RCM 121/2022) Contribui para uma ordem internacional assente na promoção da paz, na solidariedade e na concertação. A consolidação da paz e segurança, da democracia e do Estado de direito são um princípio transversal da política da cooperação. Promove a Coerência das Políticas para o Desenvolvimento (CPD) na área da segurança, através de abordagens intergovernamentais e intersectoriais. Nas prioridades da Cooperação, o pilar “Paz” pretende promover a ligação segurança-desenvolvimento e centra-se no apoio aos Estados em situação de fragilidade, apostando em respostas mais integradas como é o caso do nexu triplo “humanitário-desenvolvimento-paz”.

Vídeo - As normas internacionais da guerra em poucas palavras



Ferramenta interativa: progresso no ODS 16



Vídeo – Secretário-Geral das Nações Unidas no Dia Internacional da Paz (21 de setembro 2024)



5. TENDÊNCIAS E PRÁTICAS INCOERENTES

Na interligação entre segurança e desenvolvimento, os últimos anos têm demonstrado tendências preocupantes na ótica de coerência das políticas, com uma evidente preponderância da vertente militar e de segurança (no seu sentido restrito) no apoio a países afetados por conflitos, instabilidade e fragilidade, que se sobrepõe aos processos inclusivos e sustentados de resolução pacífica de conflitos; com a falta de investimento no apoio a uma paz duradoura e incoerências nos financiamentos; e com a exclusão de grupos sociais essenciais para os objetivos de segurança e de desenvolvimento (como as comunidades locais e as mulheres). Cada vez mais, é a política de desenvolvimento que deve estar ao serviço dos interesses de defesa e segurança, ressaltando a tendência de uma “coerência ao contrário” na prática, cujos impactos podem ser desfavoráveis à prevenção dos conflitos e ao combate às suas causas, prejudicando a aspiração de “promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas que estejam livres do medo e da violência”, tal como expresso na Agenda 2030. A dessensibilização perante o sofrimento humano é, simultaneamente, uma causa e uma consequência que está ligada a algumas destas incoerências, relegando para segundo plano a segurança e dignidade humanas – que deveriam ser a base de todas as políticas, abordagens e ações.

Palestinian family flees their home in Rafah, in the southern part of the Gaza Strip, UNICEF



Militarização e securitização das políticas, em detrimento da construção da paz e do desenvolvimento

Na União Europeia, assim como no resto do mundo, nos últimos anos o discurso predominante é sobre a guerra, não sobre a paz. O enfoque nas questões de segurança no seu sentido restrito e a militarização crescente levanta questões sobre que tipo de segurança queremos, quem decide e quem beneficia dessa tendência, e que impacto isso tem na segurança humana e na paz. **Verificam-se várias incoerências no que respeita à promoção de um mundo mais próspero e pacífico:**

- **O aumento das despesas militares** para máximos históricos desde a Guerra Fria está focado no armamento e na defesa, uma vez que as despesas com manutenção e construção da paz (*peacekeeping* e *peacebuilding*) foram de apenas \$49,6 mil milhões USD em 2023, o que representa 0,6% das despesas militares globais (em PPP). Simultaneamente, as despesas militares absorvem uma parcela significativa de recursos financeiros que poderiam ser utilizados para o desenvolvimento socioeconómico sustentável. Estima-se que os custos de fornecimento de água, saneamento e higiene básicos às populações sem acesso, de alcançar um ensino primário e secundário universal para todos, e de eliminar a pobreza extrema e a fome seriam apenas, respetivamente, de 2%, 6% e 13% das despesas militares mundiais.

- **A militarização e o rearmamento** (incluindo de armas nucleares) implicam, igualmente, a **subida do fornecimento e exportação de armas**, que pode contribuir: para financiar regimes autoritários e/ou que preconizam graves violações de direitos humanos, para o financiamento de conflitos e crescimento da instabilidade em países frágeis, para alimentar a intervenção ativa noutros conflitos, e/ou para alterar de forma imprevisível as dinâmicas regionais. Por exemplo, a Arábia Saudita é o 2º maior importador de armas a nível mundial, tendo um papel importante no agravamento do conflito no Iémen e das numerosas violações de direitos humanos reportadas nesse contexto, sendo o Iémen uma das maiores crises humanitárias no mundo. No caso da UE, a legislação europeia sobre controlo de armas (como a Posição Comum de 2008 sobre exportação de tecnologia e equipamento militar) tem um alcance limitado e os Estados Membros continuam a exportar armas para países terceiros em situação de conflito, como acontece no Médio Oriente.



Darfur, Sudan, 2018. © Mohamad Almahady, UN Photo Bank

- Com o reforço da necessidade da UE desenvolver as suas capacidades militares, o lobby da indústria de armamento tem conseguido cada vez maior preponderância em várias políticas e instrumentos (não apenas na segurança e defesa), explorando o espaço político e de influência que lhes é concedido, incluindo na tomada de decisão, nos orçamentos e instrumentos financeiros. As empresas de armamento e segurança conseguiram ganhar espaço, p. ex., na gestão das fronteiras externas e migrações, ou na segurança energética e gestão de recursos naturais. Este paradigma mais militarista e securitário da UE pode minorizar a importância do proclamado apoio a mecanismos pacíficos de construção da paz, o enfoque numa segurança humana e humanista, e o combate às causas profundas dos conflitos.

- **Os instrumentos de apoio à paz têm evoluído para uma visão mais militarista e restrita da segurança.** O Mecanismo Europeu de Apoio à Paz foi criado em 2021, fora do orçamento da UE, o que permite contornar disposições dos tratados sobre a disponibilização de armamento, bem como o controlo do Parlamento Europeu. Apesar de pretender “empoderar os países parceiros”, a experiência demonstra que este tipo de assistência militar tem efeitos imprevisíveis e muitas vezes contraproducentes na paz e segurança humana, pois o fornecimento de armas e munições a forças de segurança em países frágeis pode reforçar a impunidade dessas forças e favorecer ações repressivas, tendendo mais a exacerbar do que a mitigar conflitos locais e regionais. Além disso, é um instrumento focado na segurança interna da Europa, com uma abordagem militarista e em consonância com a Bússola Estratégica, que se afasta dos objetivos mais alargados de política externa e de prossecução de parcerias abrangentes (nomeadamente com África), contrariando o tradicional papel da UE

como potência civil na manutenção da paz e na defesa dos direitos humanos (muito mais presente no anterior Mecanismo de Apoio à Paz em África).

- Muitos dos **países em situação de fragilidade** têm sido campos de batalha para potências regionais e conflitos hegemónicos, o que se tem agravado com as recentes divisões geopolíticas e instabilidade mundial. Frequentemente, a intervenção nestes países não permite a liderança e apropriação locais, não é adaptada ao contexto e não respeita os objetivos de Consolidação da Paz e do Estado acordados no âmbito do New Deal para o Envolvimento em Estados Frágeis. As chamadas “guerras por procuração”, com o fornecimento de armas, dinheiro e forças de segurança (maioritariamente de forma informal), contribuem para reavivar ou agravar feridas sociais e políticas não resolvidas de conflitos anteriores, levando a uma maior fragilização destes países e comprometendo as suas perspetivas futuras de consolidação da paz e de desenvolvimento contrariando o princípio de “não causar danos”).

- A securitização manifesta-se, igualmente, numa **instrumentalização da ajuda ao desenvolvimento e da ajuda humanitária** para cumprir objetivos de segurança e defesa. Muitos dos programas de ajuda ao desenvolvimento prosseguem, cada vez mais, interesses geopolíticos e securitários, incluindo p. ex. para controlo de fronteiras, o que desvia recursos já escassos para prioridades não diretamente ligadas ao financiamento do desenvolvimento sustentável. Ao colocar-se a ênfase na utilização da ajuda ao desenvolvimento para garantir a segurança nacional e europeia (e não na promoção do desenvolvimento nos países inseguros e instáveis), coloca-se em perigo o objetivo central da política da UE para o desenvolvimento e o princípio da Coerência das

Políticas para o Desenvolvimento, que constitui uma obrigação legal no quadro do Tratado de Lisboa. A ajuda humanitária também obedece a lógicas geopolíticas, pode ser instrumentalizada por vários intervenientes e usada como instrumento de guerra, não obedecendo aos critérios de avaliação das necessidades e direitos (*needs-based approach* e *rights-based approach*) que deveriam estar na sua base, e não respeitando, em alguns casos, os princípios humanitários internacionalmente acordados de **humanidade, neutralidade, imparcialidade e independência**. Aproximam-se as negociações para o próximo Quadro Financeiro Plurianual da UE (2027-2034), existindo dúvidas sobre se este será um orçamento de defesa/guerra e sobre como se poderá preservar a integridade dos fundos para o desenvolvimento global.

Incoerências e desigualdades nas abordagens e financiamento da paz

Prevenção. A prevenção de conflitos é muito mais eficaz e barata do que a resposta reativa numa situação de guerra ou após um conflito: estima-se cada \$1 dólar investido na prevenção gere \$16 dólares poupados na reação aos conflitos violentos. No entanto, a comunidade internacional continua a focar-se na gestão de curto-prazo das crises e nas respostas militarizadas/securitárias após o surgimento dos conflitos, com custos crescentes nos últimos anos. Verifica-se, no geral, uma dificuldade muito maior em mobilizar fundos para a prevenção, incluindo, por exemplo, programas de reforço da resiliência das populações, de consolidação de relações positivas entre o Estado e a sociedade, de reconciliação e construção da paz ao nível local e comunitário, de acesso à justiça, entre outros, que seriam fundamentais para uma paz duradoura. Uma aposta mais forte e coordenada na prevenção salvaria muitas vidas e pouparia muitos recursos financeiros. Essa prevenção significa abordar as causas profundas dos conflitos, acelerando a concretização do conjunto dos ODS – cujo *gap* de financiamento face às necessidades tem aumentado e se situa atualmente entre \$2,5 e \$4 biliões USD anuais.



Fossil fuel burning, 2018 © Patrick Hendry, Unsplash

Ajuda humanitária. A assistência humanitária é chamada a responder a um leque cada vez mais alargado de necessidades, desde a segurança alimentar à saúde, da educação à água e saneamento. Ao aumento da conflitualidade e das consequentes crises humanitárias não tem correspondido uma subida do financiamento para a resposta, pois enquanto alguns conflitos mais estratégicos atraem as atenções internacionais, outros permanecem crises esquecidas. Os apelos humanitários das Nações Unidas estão subfinanciados e a falta de contributos tem originado cortes na assistência alimentar em países como a Síria, o Afeganistão, a R. D. Congo, o Mali, o Sudão, o Sudão do Sul e outros. Não só a disparidade entre o aumento das necessidades humanitárias e o financiamento disponível tem aumentado, como 2023 foi o primeiro ano em que houve uma queda real do financiamento para os apelos das Nações Unidas. No final do primeiro semestre de 2024, apenas foram recebidos 18% dos fundos necessários para responder a estas necessidades urgentes, o que tem impactos concretos e diretos na sobrevivência. A diminuição dos fundos é ainda maior em programas de assistência e proteção de crianças em situação de conflito.

Ajuda ao desenvolvimento. Apesar da maior conflitualidade mundial, a ajuda ao desenvolvimento para a construção da paz atingiu em 2023, a proporção mais baixa dos últimos 15 anos. Além disso, esta ajuda está dependente de um grupo pequeno de doadores (Estados Unidos, instituições da UE e Alemanha), o que torna estas atividades muito vulneráveis à volatilidade política e a mudanças nas prioridades e orçamentos. O alargamento das necessidades de desenvolvimento, combinado com crescentes pressões sobre os orçamentos de ajuda ao desenvolvimento nos países desenvolvidos

(com anunciados cortes na ajuda externa) deverá atingir especialmente os países frágeis, que são mais dependentes deste fluxo, podendo contribuir para aumentar a instabilidade e a insegurança.

Volatilidade e desigualdades no financiamento. Os financiamentos para a construção da paz, para a reconstrução e o desenvolvimento em países afetados por conflitos continuam a estar centrados, principalmente, num conjunto limitado de países (sendo o Afeganistão e o Iraque os principais recetores por 5 anos consecutivos). Os países não estrategicamente importantes para a segurança ou economia globais dispõem de muito pouco investimento na construção da paz, para além de que os fluxos de ajuda externa são menos previsíveis e muito voláteis (com os doadores a tomarem decisões de retirar ou recomeçar a ajuda de uma forma descontínua) e crescentemente focados na ajuda humanitária, ou seja, em objetivos de curto-prazo. Isto não permite a necessária previsibilidade para planear e implementar estratégias sustentadas de desenvolvimento e de consolidação da paz - os quais são processos sociais e políticos complexos, muitas vezes não-lineares, que exigem um compromisso sustentado, com perseverança e envolvimento a longo prazo. A desadequação dos financiamentos também revela grandes desequilíbrios no “nexo triplo” humanitário-desenvolvimento-paz. Por fim, os financiamentos e intervenções tendem a descurar, ou a não incluir devidamente, atores muito importantes para a prevenção e consolidação da paz e do desenvolvimento, designadamente das comunidades locais e da sociedade civil.

A exclusão das mulheres dos processos de paz prejudica os objetivos de segurança e de desenvolvimento

Na maioria dos países afetados por conflitos, as mulheres e as suas organizações são determinantes para a paz e reconciliação nas suas comunidades, organizam demonstrações e movimentos a favor da paz, tentam apresentar alternativas de resolução pacífica dos conflitos e propostas de mediação, e conduzem a recuperação das suas comunidades no pós-conflito. Existe uma associação entre militarização e desigualdade de género, bem como evidências fortes de que um maior envolvimento das mulheres tende a refletir melhor as necessidades das comunidades e a ter maior atenção às causas dos conflitos. Estima-se que, quando as mulheres são incluídas plenamente nas negociações e processos de paz, os acordos de paz têm 20% mais probabilidade de durarem pelo menos 2 anos e 35% mais probabilidade de durarem pelo menos 15 anos. Em média, um acordo de paz tem menos 64% probabilidades de falhar se incluir organizações de mulheres e de defesa dos seus direitos.

Desde o ano 2000 que as Nações Unidas têm tentado promover uma participação das mulheres em todos os níveis da tomada de decisão na esfera da paz e da segurança, a proteção dos direitos, e a integração da perspectiva de género na prevenção de conflitos, bem como nos esforços de ajuda, recuperação e reconstrução. No entanto, estas maioritariamente não têm possibilidade de influenciar ou sequer se “sentarem à mesa” na tomada de decisões centrais que mais as impactam. Em 2022, menos de 1/3 dos acordos de paz assinados no mundo incluíram alguma disposição sobre mulheres ou sobre género. Em média, entre 1992 e 2019, as mulheres representaram 13% dos negociadores, 6% dos mediadores e 6% dos signatários em processos de paz. Na verdade, 7 em cada 10 processos formais de paz não incluíram qualquer mulher em nenhuma destas categorias. A comunidade internacional também não tem reconhecido devidamente a sua importância: os valores de ajuda ao desenvolvimento são ínfimos – apenas 0,4% da ajuda bilateral em países afetados por conflitos é direcionada a organizações de mulheres.

6. CHECKLIST DE POLÍTICAS COERENTES

Perante tendências adversas à solidariedade internacional e à proteção da segurança humana, bem como incoerências profundas alimentadas pelas divisões geopolíticas mundiais, é preciso que os Direitos Humanos adquiram nova relevância e centralidade, colocando as pessoas no centro das preocupações e das políticas, do local ao global. Nesse sentido, importa ir para além da conceção restrita da segurança, recuperando o conceito fundado na liberdade, que engloba a proteção contra a violência e ameaças físicas (*freedom from fear*) e a segurança que emerge do desenvolvimento, do direito a viver com dignidade, mantendo as pessoas a salvo de ameaças crónicas como a fome, as doenças e a repressão (*freedom from want*).

A criação de bases para uma paz duradoura e positiva é impulsionadora de processos de desenvolvimento sustentáveis, justos e equitativos – e vice-versa. Isso passa por uma abordagem que realmente responda às causas dos conflitos, que valorize a resiliência das comunidades e que promova uma cultura de paz a todos os níveis, através de abordagens integradas que sejam adaptadas e adequadas às necessidades de cada país ou região.

A construção da paz é um processo com avanços e recuos, e as probabilidades de reacendimento dos conflitos são bastante elevadas, o que salienta a necessidade de a comunidade internacional apoiar de forma efetiva e continuada os esforços dos países mais frágeis e afetados por conflitos, segundo critérios de necessidade e em consonância com os princípios do direito internacional e humanitário.

Pilares de políticas coerentes

Coerência com o direito internacional e com os princípios acordados

Assegurar que todas as intervenções, posicionamentos e medidas da ação externa cumprem a legislação internacional e o direito internacional humanitário, colocando a dignidade e segurança humanas no centro das políticas e ações. Garantir a integridade e respeito pelos princípios internacionalmente reconhecidos da ajuda humanitária e de emergência, em todos os contextos de atuação.

Coerência com as prioridades locais e apoio aos esforços locais de construção da paz e do desenvolvimento

Um apoio sustentado aos processos de paz e de desenvolvimento liderados e/ou apropriados localmente, garantindo a adequação a cada contexto e o alinhamento com as prioridades de cada país em situação de fragilidade ou afetado por conflitos, em consonância com o New Deal e os Princípios de Construção da Paz e do Estado internacionalmente acordados.

Coerência da ação externa, entre atores da segurança e do desenvolvimento

Um diálogo e concertação regulares, concretizados em abordagens integradas e multissetoriais entre os vários instrumentos, financiamentos e intervenientes dos setores da segurança/defesa e desenvolvimento/cooperação, incluindo, especificamente, na concretização do nexo **humanitário-desenvolvimento-paz**



No âmbito geral

- ✓ Reforço do **diálogo, coordenação e concertação sistemática entre atores do setor da segurança/defesa e do desenvolvimento/cooperação** (incluindo análises e programação conjuntas, a sistematização das boas práticas e a partilha sistemática de informação, a definição de abordagens integradas e multissetoriais), nomeadamente pela revisão/atualização e operacionalização da Estratégia Nacional sobre Segurança e Desenvolvimento [RCM 73/2009].
- ✓ Investimento sólido e reforçado da **Educação para a Paz, na Educação para os Direitos Humanos e na Educação para o Desenvolvimento**, enquanto instrumentos cruciais para a formação de uma consciência crítica e para a mobilização dos cidadãos para um mundo mais pacífico, justo e inclusivo.
- ✓ Aceleração da **concretização da Agenda 2030, em particular as metas do ODS 16** e tendo em consideração os impactos e interligações com outras metas dos ODS.
- ✓ Em consonância com as recomendações do CAD-OCDE à cooperação portuguesa (2022) e no cumprimento da Resolução do Conselho de Ministros sobre Coerência das Políticas para o Desenvolvimento [RCM 82/2010], **melhorar a análise e monitoria de como as políticas setoriais em áreas-chave estão a afetar os países em desenvolvimento**, tomando medidas para responder a inconsistências/incoerências e para gerar sinergias que guiem a atuação dos numerosos atores que trabalham em Estados frágeis.

No plano externo/internacional

- ✓ Apoio adequado a **Estados em situação de fragilidade**, através de uma cooperação integrada, coordenada e estratégica, a nível bilateral e multilateral, com previsibilidade, que responda às necessidades/prioridades destes países e que corresponda às mais-valias de Portugal, em consonância com o estabelecido na Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030 e com os princípios internacionais e boas práticas do *New Deal* e dos Princípios de Construção da Paz e do Estado.
- ✓ Maior atenção e apoio à **prevenção da violência e dos conflitos** como forma de atingir a paz sustentável e positiva, respondendo às suas causas profundas através: de uma identificação atempada dos riscos (*early warning*) e de programas de desenvolvimento de capacidades institucionais em todos os setores; de políticas/ações de paz e segurança que têm em conta as suas repercussões em questões como a desigualdade ou a pobreza; e de políticas/ações de cooperação para desenvolvimento que são sensíveis às várias dimensões dos conflitos (*conflict-sensitive*) em todos os setores. Os governos, as agências internacionais de desenvolvimento, as ONGD e outros intervenientes em cenários de fragilidade e conflito devem integrar o contributo para a paz nos mandatos das suas organizações, nas suas políticas económicas, nos seus programas e projetos.

- ✓ Enfoque em formas de atuação e em soluções com apropriação e liderança nacionais/locais sempre que possível, incluindo o apoio direto a atores e mecanismos locais e nacionais de **promoção da paz** nos países parceiros, assegurando plenamente a inclusividade e participação, com base na identificação dos intervenientes que são agentes de paz e de desenvolvimento nas comunidades e cujo trabalho deve ser impulsionado e devidamente apoiado (organizações da sociedade civil, iniciativas locais, grupos de mulheres e jovens, movimentos comunitários, ativistas, etc.).
- ✓ Promover, de todas as formas possíveis, a **inclusão plena das mulheres** nos processos de paz, de consolidação de sociedades pacíficas, de reconciliação e de construção da resiliência.
- ✓ Advogar e trabalhar pela **revitalização do multilateralismo e da cooperação internacional** na resposta aos desafios globais de segurança e de desenvolvimento, o que implica o apoio a uma reforma da governação global e do sistema das Nações Unidas que seja inclusiva, justa, transparente e capaz de dar resposta aos desafios existentes.
- ✓ A preservação da **integridade dos fundos e objetivos da política de desenvolvimento** da UE, centrados na erradicação da pobreza e na promoção de um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável, nomeadamente opondo-se à instrumentação da ajuda, à securitização dos programas de desenvolvimento e ao desvio de fundos para promoção de interesses securitários dos doadores – incluindo no âmbito das negociações para o próximo Quadro Financeiro Plurianual (2027-2034).
- ✓ Defender ativamente que o **espaço de atuação dos atores humanitários e os princípios internacionais** humanitários – humanidade, neutralidade, imparcialidade e independência – sejam respeitados em todas as abordagens e contextos em que Portugal e a UE intervêm, tanto no plano formal como operacional, evitando que os fins desta ajuda sejam subvertidos por outros interesses e colocando a dignidade humana no centro de todas as intervenções, em consonância com o direito internacional humanitário.
- ✓ Em todos os fóruns e cenários em que Portugal participa, defender a colocação da **coerência da ação externa** em países frágeis e/ou afetados por conflitos no topo das agendas e a sua prossecução a todos os níveis - no seio dos Estados Membros da UE, entre estes e as instituições da UE, entre a UE e outros atores internacionais, e no terreno (nos países frágeis). Isto implica mais vontade política, mudanças institucionais e nas formas de trabalhar, mecanismos mais efetivos de coordenação e de entendimentos comuns no âmbito do **nexo tripla “humanitário-desenvolvimento-paz”**, em consonância com a Recomendação do CAD-OCDE nesta matéria (2019).

Ficha técnica:

Título: Desenvolvimento e Segurança - Quadro de Ação para Políticas Coerentes

Coordenação: Patrícia Magalhães Ferreira

Investigação/Redação: Patrícia Magalhães Ferreira

Design gráfico e paginação: Matrioska Design

Impressão: Just Print Colours

Edição: FEC | Fundação Fé e Cooperação

Local de Edição: Lisboa

Data de Edição: Dezembro de 2024

Fotografia: (foto de capa) Monrovia, Libéria, 2007. © Eric Kanalstein, UN Photo Bank.

Copyright © FEC – Fundação Fé e Cooperação e IMVF – Instituto Marquês de Valle Flôr

www.coerencia.pt

Este paper foi produzido no âmbito do projeto Coerência - O Eixo do Desenvolvimento. As opiniões veiculadas no paper são da responsabilidade exclusiva da autora, não exprimindo posições institucionais nem vinculando qualquer instituição.

Este documento enquadra-se na produção de conhecimento e sensibilização sobre CPD, complementado por outros estudos e papers elaborados. Para uma análise mais aprofundada sobre esta temática, consultar o estudo [Desenvolvimento e Segurança: Desafios e \(In\)coerências \(2020\)](#) e o website www.coerencia.pt

Porque defendemos a igualdade de género como um valor intrínseco aos Direitos Humanos, onde se lê “o” deve ler-se também “a” sempre que aplicável, de forma a garantir o respeito pela igualdade de género também na escrita. Pode copiar, fazer download ou imprimir os conteúdos desta publicação (utilize papel certificado ou reciclado). Pode utilizar trechos desta publicação nos seus documentos, apresentações, blogs e website desde que mencione a fonte.



#COERÊNCIA
O EIXO DO DESENVOLVIMENTO

UMA PARCERIA:



COFINANCIADO POR:

